

Ocupantes ou invasores? A identidade estudantil nos movimentos de ocupação da UFMG

Marlene Pereira Machado¹

Fábia Pereira Lima²

Resumo

Nos estudos de comunicação organizacional, é recorrente o acionamento do conceito de identidade como um rótulo, um conceito unificador das imagens que uma organização tenta construir sobre si e de seus públicos de interesse. O objetivo deste trabalho é problematizar tal abordagem simplificadora sugerindo que a perspectiva do acontecimento e a teoria de reconhecimento podem oferecer contribuições relevantes para os estudos da área. Em uma aproximação empírica exploratória, toma-se como objeto de observação o movimento de ocupação dos e das estudantes na Universidade Federal de Minas Gerais no segundo semestre de 2016, narrativizados ora como ocupantes ora como invasores do campus neste período³.

Palavras-chave

Comunicação organizacional; Identidade; Teoria do reconhecimento; Acontecimento.

Teorias da identidade e do reconhecimento

Na contemporaneidade, admite-se que indivíduos (FRANÇA, 2006) e organizações (LIMA, 2008) são entes dotados de identidade, um quadro de significados que posiciona os sujeitos no mundo, para si e para os outros. O processo de construção identitária, mesmo que ancorado no esforço deliberado e planejado de tais atores para produzir significação sobre si mesmos em torno de certos valores desejados é, mais que tudo, uma construção que escapa ao controle e ocorre a despeito de quaisquer esforços individuais e organizacionais, no encontro entre o discurso produzido e as ações feitas, a

¹ Mestre em Comunicação Social pela PUC Minas. Email: marlenemachadobh@hotmail.com.

² Professora Adjunta do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Email: fabialima@ufmg.br.

³ Este artigo contou com a contribuição dos alunos de graduação em iniciação científica: Carmem Pimenta, Cláudia Amorim e Lucas Tiago Silva (UFMG).

visão de si e a visão do outro – construções que se atualizam e os afetam, requalificam e reposicionam permanentemente. O conceito de identidade vincula-se, em termos contemporâneos, mais como um posicionamento do que uma qualidade intrínseca ou a essência de um indivíduo que o acompanha do berço ao leito de morte.

Um autor que nos ajuda a compreender a evolução de tal conceito é Hall (2003), em suas discussões sobre a identidade cultural na era da globalização. Para ele, se o sujeito do Iluminismo era o indivíduo unificado e racional, centrado em sua essência interior e cuja identidade permanecia estável, inalterada ao longo de sua vida, e o sujeito sociológico, ainda essencialista, constituía sua identidade a partir da rede de interações com o mundo cultural, temos como identidade pós-moderna aquela do sujeito descentrado, fragmentado, dotado não mais sequer de uma, mas de múltiplas identidades - por vezes contraditórias, como construções híbridas e efêmeras que se atualizam todo o tempo.

Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos [...]. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar-se ao menos temporariamente (HALL, 2003, p. 13).

Compartilhando deste entendimento, Maffesoli (1995) também defende que, no contemporâneo, a lógica é menos a da identidade, em sua concepção de unidade ao longo do tempo, e mais a da identificação, de natureza efêmera, que remete a este processo de construção que nunca se completa. Tais estudos derivam de uma perspectiva interacionista, pelo entendimento de que o eu é formado simbolicamente pelo olhar do outro, mediado pela linguagem e pela cultura. Ou seja, as construções identitárias são construções simbólicas que precisam ser permanentemente sustentadas pelos sujeitos, como representações de mim que emergem pelo olhar do outro, no curso das interações. Integram, portanto, um arcabouço cultural compartilhado e fornecem sentidos sobre e para os indivíduos sociais situarem-se no mundo e relacionarem-se uns com os outros.

Como fundamento de base dessa concepção, encontramos o pensamento de Mead (1967) e suas contribuições para se pensar a configuração dos indivíduos e das

coletividades através de uma perspectiva interacional. O autor defende um esquema tríplice entre mente, *self* e sociedade para a compreensão do ato social completo que, em sua perspectiva pragmatista, seria marcado pela correlação reflexiva entre a experiência e as condições em que ela se produz, mediada pela linguagem, indo além da dicotomia entre indivíduo e sociedade. Ao pensar a emergência e a mútua afetação de mente, *self* e sociedade no ato social, o autor deixa claro que é a partir de um jogo intersubjetivo, marcado pelo encontro situado com o outro, que qualquer subjetividade se constitui - sendo a linguagem uma parte essencial das realidades das quais fala e que ajuda construir.

Dessa forma, Mead não conceitua sociedade como uma totalidade exterior ou transcendente aos indivíduos. A sociedade é um contexto objetivo de ação que existe na e através da interação entre os sujeitos. Os sujeitos são tidos como portadores de um *self* responsável pela orientação e avaliação de sua intervenção no ato em curso, permitindo aos sujeitos mutuamente afetados se colocarem no lugar do outro da interação e ajustarem suas condutas. O *self* seria composto por duas dimensões que, em constante síntese reflexiva, orientariam a conduta do sujeito: o *self* compreende o “Eu”, a fonte instintiva, espontânea e criativa do indivíduo, e o “Me”, a interiorização da figura e das expectativas normativas que o outro tem do meu comportamento, o “outro generalizado”.

... Mead distingue do “Me”, que conserva minha atividade momentânea tão somente como algo já passado, uma vez que ele representa a imagem que o outro tem de mim, o “Eu”, que é a fonte não regulamentada de todas as minhas ações atuais. O conceito de “Eu” deve ser referido à instância na personalidade humana responsável pela resposta criativa aos problemas práticos, sem poder jamais entrar como tal, porém, no campo de visão; no entanto, em sua atividade espontânea, esse “Eu” não só precede a consciência que o sujeito possui de si mesmo do ângulo de visão de seu parceiro de interação, como também se refere sempre de novo às manifestações práticas mantidas conscientemente no “Me”, comentando-as. Portanto, entre o “Eu” e o “Me”, existe, na personalidade do indivíduo, uma relação comparável ao relacionamento entre parceiros de um diálogo (HONNETH, 2011, p. 130).

É o atrito interno entre o “Eu” e o “Me” que nos ajuda a compreender, em Mead, a noção de identidade e o delineamento geral dos conflitos que devem explicar o desenvolvimento moral tanto dos indivíduos como das sociedades. Como seria de se esperar pelo seu engajamento pragmatista, Mead não só pensa no mecanismo dinâmico que explicaria a evolução da sociedade, como imagina que essa evolução rumaria para um enriquecimento moral e para um maior grau de autonomia dos sujeitos, em uma luta

através da qual eles “procuram ininterruptamente ampliar a extensão dos direitos que lhes são intersubjetivamente garantidos” (HONNETH, 2011, p. 145).

Ademais, é através do conceito de mente que a analogia de um diálogo entre dois sujeitos pode ser pensado para o diálogo intrasubjetivo entre “Eu” e “Me”, como apontado por Honneth. A mente, para Mead, é uma capacidade de que o sujeito é dotado e que o possibilita a falar consigo mesmo da mesma maneira como se com um outro, a tratar-se a si mesmo como um objeto. A mente é a capacidade reflexiva, o operador lógico que torna compreensível a emergência do *self*, a construção de perspectivas, acentuando a importância da linguagem e dos jogos comunicativos para a configuração da identidade dos sujeitos e da conformação das sociedades.

Mead defendia o ponto de vista de um “relativismo objetivo”, que considera que todo o ambiente humano é real e objetivo, mas somente relativamente a nós e à nossa comunidade de linguagem e de ação. É que o mundo objetivo incorpora então um ponto de vista, uma perspectiva, a partir dos quais são construídas a identidade e a objetividade do mundo. (QUÉRÉ, 1991, s/p).

Assim, a comunicação passa a ser vista como ação partilhada na construção de um universo em comum e na definição dos acontecimentos, trazendo a possibilidade de construção e “modelagem mútua de um mundo comum em meio a uma ação conjugada: é nossa realização social, por ato de linguagem, que empresta vida a nosso mundo” (VARELA apud QUÉRÉ, 1991, sp.). Na visada pragmatista, a realidade existe no curso da interação dos agentes dotados de uma capacidade de percepção, manipulação e poder de simbolização sobre o mundo, como seres que possuam “não somente uma estrutura psicológica e física, mas também expectativas e necessidades construídas culturalmente e, sobretudo disposições socialmente formadas para responder de maneira determinada aos estímulos do ambiente (e desta forma também preservá-los)” (QUÉRÉ, 1991, s/p). A identidade é, pois, uma perspectiva que diz respeito ao nosso modo de nos situar no mundo e que é construída por nós e em relação a nós mesmos e à nossa comunidade de linguagem e de ação.

Em termos dos estudos de comunicação organizacional, o conceito de identidade não poderia estar mais distante e é ainda acionado, majoritariamente, com a função de um rótulo, um conceito unificador da imagem que tal organização tem daqueles grupos com os quais interage ou tem interesse (ou não) de interagir. Tal atividade (o mapeamento de públicos, na perspectiva das Relações Públicas) naturaliza a

centralidade organizacional como pressuposto, em volta de quem grupos de indivíduos orbitam (LIMA, 2015).

Alguns estudos mais contemporâneos sobre *identidade organizacional*, como os de Baldissera (2006), no entanto, já avançam na superação de tal perspectiva e a compreendem como *complexus de identificações* construídos nos tensionamentos com e entre sujeitos que as constituem e instituem como tais, um processo permanentemente negociado e atualizado nas relações com seus públicos. Para mediar tais relações, a noção de identidade contribui para criar quadros estáveis de referências de si (organizações) e do outro (públicos), como padrões intersubjetivos que permitem o reconhecimento social em narrativas mais coerentes uns dos outros.

Para problematizar tais abordagens, proporemos uma aproximação com a teoria do reconhecimento, a partir de Honneth (2011), especificamente para articular alguns pontos expostos sobre a noção de identidade, como construção que se dá nos embates intra e intersubjetivos, para explicar o desenvolvimento moral tanto dos indivíduos como das sociedades.

A proposta de desenvolvimento de uma teoria crítica como uma tradição de pensamento, a partir das ideias de Horkheimer, em 1937, é marcada pela tentativa de superação dos esforços de descrição do funcionamento da sociedade compreendendo-a segundo uma possibilidade de emancipação dos sujeitos que a integram. Considerado membro de uma terceira geração da teoria crítica, Honneth (2011) contribui para o desenvolvimento de uma teoria social tentando marcar uma mediação clara entre as forças econômicas estruturantes e a socialização do indivíduo – ou seja, considerando a ação social como necessário mediador para uma possível emancipação dos sujeitos (NOBRE, 2011).

O autor parte de uma crítica a Habermas no que diz respeito ao entendimento de que sua teoria da evolução social é por demais dualista e mecânica, além de tomar a racionalidade comunicativa como algo prévio ao conflito e que possa superá-lo. Quando entendemos o mundo da vida como orientado pela lógica do acordo, do entendimento e da cooperação, o conflito assume um segundo plano nessa proposta teórica. Para Honneth, a base da interação é o próprio conflito; e sua gramática, conforme intitula seu célebre livro, é a luta por reconhecimento. Na teoria social crítica de Honneth, é necessário precisamente compreender os conflitos sociais e as lutas empreendidas no processo de construção social da identidade (pessoal e coletiva), que se dão em lutas por

reconhecimento. O caminho apontado pelo autor estaria na busca pelas interações sociais que marcam a luta entre grupos sociais performando permanentemente sua forma organizacionativa de ação instrumental, seus modos de perceber e situar-se no mundo, nos encontros com os outros.

No embate de forças pelo reconhecimento, o conflito estaria conformado em três dimensões de desrespeito social: a esfera emotiva, a esfera da estima social e a esfera jurídico moral. Para Honneth (2011, p.24), “às três formas de reconhecimento [amor, estima e direito], correspondem três tipos de desrespeito, cuja experiência pode influir no surgimento de conflitos sociais na qualidade de motivo da ação”. Isto porque considera que a experiência de desrespeito pode afetar de tal forma a vida dos sujeitos que se transforme em um impulso motivacional para a resistência social e para o conflito, ou seja, para uma luta por reconhecimento.

O nexa existente entre a experiência de reconhecimento e a relação consigo próprio resulta da estrutura intersubjetiva da identidade pessoal: os indivíduos se constituem como pessoas unicamente porque, da perspectiva dos outros que assentam ou encorajam, aprendem a se referir a si mesmos como seres a que cabem determinadas propriedades e capacidades. A extensão dessas propriedades e, por conseguinte, o grau da autorrealização positiva crescem com cada nova forma de reconhecimento, a qual o indivíduo pode referir a si mesmo como sujeito: desse modo, está inscrita na experiência do amor a possibilidade da autoconfiança, na experiência do reconhecimento jurídico, a do autorrespeito e, por fim, na experiência da solidariedade, a da autoestima (HONNETH, 2011, p.272).

Os pressupostos do autor caminham no sentido de compreender os modos como os sujeitos sociais constroem coletivamente julgamentos e avaliações morais, a partir da contribuição que possam dar à sociedade. É com base neste entendimento que podemos analisar situações em que relações se dão a ver pelo posicionamento dos sujeitos que delas participam, se reconhecidas como portadoras de direitos e deveres, como parceiros de diálogo moralmente responsáveis para sustentarem argumentações públicas. Assim, embora a teoria do reconhecimento tenha maior aderência e potencialidade teórica para análises sociais mais amplas (com grupos historicamente marginalizados, estigmatizados), neste trabalho será acionada pontualmente para fazer uma provocação na abordagem dos movimentos de ocupação dos e das estudantes na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no segundo semestre de 2016. Objetivamos observar como a experiência de desrespeito (tal como percebida por um grupo social) pode afetar as relações dos sujeitos cuja vinculação com uma organização escapa em muito o rótulo

de um público organizacional. Tais relações, embora atravessadas pelo contexto organizacional, reconfiguram sua própria subjetividade e o modo como se percebem enquanto sujeitos políticos (como constroem argumentativamente sua identidade), e configuram-se como um impulso motivacional para a resistência social e para o conflito - uma luta por reconhecimento.

Um acontecimento na UFMG

As ocupações realizadas por estudantes na UFMG integraram um movimento maior envolvendo outras universidades e escolas secundaristas públicas pelo Brasil afora, como uma ação combativa e transformadora frente às mudanças propostas pelo governo federal, especialmente, a PEC 241⁴, que determina o congelamento dos investimentos públicos na educação e em setores prioritários por até 20 anos, a reforma do ensino médio (a Medida Provisória 746), a chamada Lei da Mordaza ou Escola sem Partido, e a Reforma da Previdência.

O movimento de ocupação teve início no bojo das manifestações contrárias ao processo de *impeachment* de Dilma Rousseff⁵ e à posse do vice-presidente Michel Temer. Na UFMG, pelo menos onze prédios permaneceram ocupados por estudantes, por cerca de dois meses, notadamente da área de humanas. O acesso às instalações (de professores, diretores, servidores técnicos, coordenadores, chefias) só era possível com a autorização dos estudantes em ocupação ou resultado de acordo prévio com a liderança do movimento, subvertendo a ordem da autoridade até então instituída e, conseqüentemente, acionando outros sentidos.

Por terem incidido tão fortemente no vivido pela comunidade UFMG, e pelas singularidades que reúnem, essas ocupações serão tratadas aqui como um acontecimento da ordem hermenêutica, como abordado por Louis Quéré (2005): algo que introduz uma descontinuidade; rompe com a normalidade, afeta e transforma a vida daqueles que o atinge, suscitando ações e respostas; que abre também um horizonte de possíveis pois, quando se realiza, dá início a um processo de transformação.

⁴ A PEC 241 (ou PEC 55, no Senado) é uma Proposta de Emenda à Constituição, aprovada em dezembro de 2016, que congela os gastos públicos por até 20 anos. A iniciativa do governo para mudar a Constituição Federal tem como objetivo conter a trajetória dos gastos públicos e equilibrar as contas públicas. O orçamento será corrigido pela inflação. A proposta foi aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, que tratam a emenda de PEC 241 a PEC 55, respectivamente.

⁵ O processo de *impeachment* de Dilma Rousseff iniciou-se no dia 2 de dezembro de 2015 e se encerrou no dia 31 de agosto de 2016, com a destituição de Dilma do cargo de presidente. Michel Temer, então seu vice, assume a presidência em seguida.

Neste artigo, nosso intuito não é buscar explicações para as motivações que resultaram na ocupação dos prédios da UFMG, tampouco tecer críticas à condução e/ou ao desfecho do movimento. Guiados pelo tensionamento resultante do quadro teórico-conceitual sobre o qual nos baseamos, buscamos compreender e ampliar o olhar sobre o movimento, para apreender suas reverberações e inscrição na gramática de uma luta social, na perspectiva da teoria do reconhecimento (HONNETH, 2011).

A ideia é mostrar, também, que a ação dos alunos não circunscreveu a um espaço territorial e simbólico de uma organização. Pelo contrário. Tal movimento ultrapassou os limites da instituição de ensino, na medida em que revela uma luta simbólica, cultural, de valorização de uma identidade cultural, e marcada, sobretudo, por um forte caráter relacional e agonístico, características marcantes da teoria do reconhecimento, como nos lembra Mendonça (2009). Nesse sentido, a aproximação desse objeto empírico com as perspectivas conceituais em tela nos abre uma chave de leitura singular para compreendermos as reverberações do fenômeno, marcado por micro, pequenos e pseudos acontecimentos, o que torna bastante rico o exercício de análise.

De partida, o movimento apresentou-se como um contraponto aos modos de enfrentamento usuais numa situação de profundo desrespeito às causas defendidas por grupos que, entendendo o processo de *impeachment* presidencial como um Golpe de Estado, viram desprezados os seus votos. Com a possibilidade de deflagração de novas regras por um governo ilegítimo, também se viram ameaçadas as suas garantias constitucionais, com um rompimento violento com as instituições e os princípios que fundamentam o Estado Democrático de Direito. Neste contexto e em um ambiente universitário, o caminho até então adotado para demonstração do descontentamento era a paralisação, por parte do corpo docente e/ou de técnicos servidores, com os movimentos grevistas. Mas, dessa vez, os protagonistas eram os estudantes que, em uma universidade pública, não podiam contar com a força do capital econômico para fazer frente à situação.

Ocupar as escolas, ocupar a universidade foi o novo modo de luta não apenas protagonizado pelos próprios estudantes como inaugurando outra lógica de resistência, com a partilha desses espaços com ideais, corpos, propostas, atividades e luta, ao invés do esvaziamento que marcava o movimento grevista. Os estudantes passaram então a ocupar as escolas 24 horas por dia, com arenas de debate, programações culturais e uma

nova experiência de Universidade, diferentemente das manifestações até então experimentadas na UFMG. O tom desinibido, panfletário e bem-humorado das manifestações estudantis esteve amparado em um novo *modus operandi*: “barricadas” improvisadas nas entradas dos prédios ocupados, portas e portões cerrados e uma estratégia para garantir a presença apenas dos adeptos e solidários aos movimentos - como que um território conquistado e colonizado, causando estranhamentos diversos intra e extramuros, e a construção de novas narrativas.

Do movimento midiático, para criminalizar o acontecimento, passando pelo abuso de poder para liberação das instituições, os estudantes eram apresentados, sobretudo na mídia convencional, como baderneiros, “constituindo-se em uma grave ameaça” ao patrimônio público, numa tentativa de criminalizar as ocupações e seus ocupantes⁶. Não foi raro perceber a criação de uma cena de oposição entre o movimento e a sociedade, que foi minando as forças dos ocupantes para além das dificuldades enfrentadas na resistência e manutenção de uma rotina de convivência no espaço universitário sob forças tão adversas, culminando na desocupação pacífica dos prédios, em dezembro de 2016.

Por **despreparo**, não compreendem que são apenas beneficiários – e não “proprietários” – das escolas da rede pública de ensino. Não entendem, e não querem entender, que invadir é **crime** e não direito. Por cegueira ideológica, esquecem-se de que a desobediência civil é, historicamente, uma forma pacífica de protesto político, enquanto qualquer **invasão** ou ocupação é, por definição, um ato de violência. Como nas escolas invadidas são os “coletivos” que determinam quem pode ou não entrar e o que os invasores podem ou não fazer, as ocupações nada têm de democráticas – são manifestações **autoritárias** por excelência (O ESTADO DE SÃO PAULO, 03/11/2016. Grifos nossos).

Na referência aos estudantes como despreparados, criminosos, invasores e autoritários, há uma tentativa de desqualificação e profundo desrespeito das causas em jogo e da ação em curso, vividas pelos sujeitos. A luta dos estudantes não era uma luta por posse, como falaciosamente algumas narrativas construía, posicionando-os como beneficiários (ao contrário de proprietários) de um sistema público de ensino que, como

⁶ Para compor o repertório discursivo, episódios diversos foram registrados ao longo do movimento, que contribuíram sobremaneira para polarizar crenças sobre propósitos e intenções em torno das ocupações, como por exemplo: depredações do patrimônio da UFMG (no Centro de Atividades Didáticas 2 - CAD 2, na Faculdade de Letras e no Restaurante Setorial I), ação da Polícia Militar dentro do campus em represália à ocupação, e uma pauta nacional, a suspensão do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), prevista para ser aplicada em prédios da UFMG, que foi cancelada.

tais, tinham seus direitos e deveres no uso do espaço (objetivo e subjetivo) pré-definidos. No entanto, a luta dos estudantes questionava esse mesmo *status quo* no ambiente universitário: ao assumir o controle do uso do espaço, questionava por que ele era controlado, por quem, para quê. E, mais do que tudo, reivindicavam para si o direito de falarem por si mesmos, serem reconhecidos como sujeitos de diálogo capazes de sustentar seus argumentos e defender de seus próprios interesses e pontos de vista. A luta, iniciada no campo simbólico e político por pautas mais amplas, encarnou-se e foi vivida no ambiente físico da universidade, no campus, e essa subversão no uso do espaço propiciou análises mais profundas sobre a própria construção identitária dos sujeitos ocupantes: se são invasores, a universidade é feita para quem e por quem?

Públicos como forma que emerge

Reflexões anteriores têm questionado o conceito de públicos organizacionais como concepções pré-concebidas (LIMA, 2008, 2015) e sugerido que o foco dos estudos em comunicação organizacional não deve estar nos sujeitos como coletivos, mas na sua ação, na maneira como eles agem e suportam juntos um acontecimento – e que não é a mesma, de um lado (organização) ou de outro (públicos).

O acontecimento emerge assim como um lugar possível (e muito promissor) para pensar a relação entre organização e públicos, para além de um ou outro lado, mas preocupando-se com o desenrolar dos eventos que os afetam e, assim, com a forma assumida por eles ao se engajarem (ou não) nas possibilidades construídas ao sentir junto. (...) É deste modo que pode-se compreender o acontecimento enquanto locus de apreciação do movimento de formação de públicos e, assim, de engendramento da realidade social, a partir do engajamento dos sujeitos ao sofrer junto no acontecimento e no impacto por ele causado, no curso de suas vidas (LIMA, 2015, p. 13-14).

Para que os sujeitos deem conta dos acontecimentos, os públicos (e as organizações) precisam construir narrativas e ser narrativizados, a partir da construção de uma identidade coletiva que lhes confirmem certa coerência e unidade, já que o que existe, no mundo positivo, são apenas interações, processos e um devir contínuo, uma constante transformação. Recorrendo a uma orientação pragmática da linguagem, ou uma teoria do uso da linguagem defendemos que os termos acionados nas narrativas dos acontecimentos também agem sobre o mundo que ajudam a narrar. Ao contrário de considerar a linguagem como algo finalizado (e usado pelos atores sociais), a linguagem é um

universo dinâmico sociossemiótico, em que as interações acontecem em um permanente conflito de posições valorativas. A sociedade, incluindo, evidentemente, o ambiente organizacional, constitui uma espécie de “arena axiológica” na qual os indivíduos estão produzindo textos ininterruptamente; não há um início ou um fim para os enunciados, mas diferentes jogos de linguagem, cada um concretizando diferentes atitudes e posições sociais (OLIVEIRA, 2009, p.190-191).

O movimento das ocupações configurou-se, para além de seu aspecto novidadeiro e pelos sentidos diversos instaurados e sobre os quais não se tem controle, um rico objeto para análise do uso da linguagem na construção de narrativas que evidenciam a fragilidade da tentativa de nomear a identidade de sujeitos (como públicos organizacionais) que, em luta por reconhecimento (de seu espaço e papel como atores políticos, protagonistas de suas vidas), rejeitam rótulos.

Se a legitimidade da atuação dos seus protagonistas foi colocada em questão nas pautas midiáticas ou mesmo entre corpo docente e discente contrários ao movimento, aqui tomamos como referência os modos pelos quais tais estudantes eram mais recorrentemente rotulados: ocupantes ou invasores. Há de se perguntar: invasores, por quê? Por que seriam os professores ocupantes mais legítimos daquele espaço? Ou, afinal, de quem e para quem existe aquele espaço? A interpretação de sentido de tais falas, vindas de quem e com qual intencionalidade, defendemos, precisa interessar o analista de discurso na compreensão da complexa rede de interesses que se desenrolam no âmbito dos acontecimentos. Dizer de um público é interpretar um público e, em grande medida, reduzir sentidos a um rótulo que facilmente o situe no quadro dos eventos, sob pena de, ao fazê-lo, interferir na ordem mesmo dos acontecimentos que narro. No entanto, conforme a orientação pragmatista, faz parte da condição humana tal modo de se situar no mundo social (e organizacional, claro), pois

(...) a metodologia da pragmática é a da “interpretação pessoal” dos usos da linguagem de acordo com o conhecimento implícito e explícito que se tem dos usuários, de suas crenças e das expectativas que decorrem desse conhecimento. (...) trata-se de um método de abordagem cujo objeto é “como” e “por que” os indivíduos usam a linguagem na comunicação organizacional. O pressuposto desse argumento é que as pessoas, quando participam de um “jogo linguístico”, o fazem com a intenção de se orientarem no universo cultural dos sentidos e, ao mesmo tempo, assumir uma posição estratégica diante de outras atitudes valorativas expressas. Nessas circunstâncias, a “intencionalidade” é vital para a pragmática e deve ser entendida aqui como um processo ativo e singular do indivíduo em responder às condições objetivas (sociais e corporais), e não como a

expressão de um estado interior que pretensamente atue em termos causais (OLIVEIRA, 2009, p.191).

As identidades construídas relacionalmente e o reconhecimento estariam condicionados à plena realização das capacidades do sujeito. O que nos leva a pensar o quanto pode ser delicado (e complexo) para os envolvidos na ocupação da UFMG carregar a pecha de invasores (como denominou o jornal O Estado de São Paulo), quando a intenção era liderar um movimento em oposição ao desmanche do sistema de ensino público.

Na perspectiva do objeto de estudo selecionado, o não-reconhecimento do movimento de ocupação pode ser compreendido como reverberação de um acontecimento e o que daí decorre inscrito na abertura de janelas de novas possibilidades, de novos possíveis. Haja visto o fato de que a luta por reconhecimento pode ter muitas manifestações diferentes, como diz Mendonça (2009, p. 147), “na medida em que ela não é nada mais que um processo permanente em que a sociedade reflexivamente se transforma e altera padrões de relação social”.

Considerações finais

A perspectiva da teoria do reconhecimento tem se pautado pela dinâmica das lutas contra a opressão por parte de grupos minoritários, marginalizados e/ou estigmatizados socialmente (muitas vezes organizados em coletivos ou movimentos da sociedade civil) que, na criação e apropriação de elementos discursivos, constituem-se como agentes políticos autônomos, dignos de respeito e estima em suas reivindicações cívicas. Se o reconhecimento implica na necessidade do outro para a constituição da identidade (e cuja autorrealização se dá via autoconfiança, autorrespeito e autoestima), compreendemos que ser reconhecido implica na relação positiva dos sujeitos consigo mesmo mas também com a sociedade.

O movimento das ocupações dos estudantes da UFMG se revela como uma luta por reconhecimento na medida em que emerge de um sentimento de injustiça experimentado coletivamente, e que leva os indivíduos a se verem excluídos na tomada de decisões que interferem diretamente em suas vidas e em questões fundamentais aos seus interesses de vida. Assim, o contexto de enfrentamento à PEC 241, à reforma do ensino médio, à Reforma da Previdência e ao processo de *impeachment* de Dilma

Rousseff conformou o que se compreendeu como motivo justo pelos afetados para um movimento de resistência política, deflagrado com as ocupações. A luta por reconhecimento é a luta de uma coletividade que toma consciência das injustiças que sofre e, a partir daí, questiona a situação a que está submetida e busca modificar os padrões institucionalizados de julgamento e valorização como possibilidade de promover uma transformação social mais ampla.

O movimento dos estudantes, não apenas na UFMG mas em todo o Brasil, parece indicar que as ocupações foram a estratégia para trazer visibilidade às reivindicações, posicionamento e discurso político assumidos por esses grupos, o que faz com que o caso extrapole o âmbito de suas especificidades organizacionais (*estudantes da UFMG*) para um pertencimento mais geral entre pessoas buscando pelos mesmos direitos, ou afins, na tentativa de evidenciar distorções de tratamento e injustiças comuns a todos.

Neste sentido, o caso em questão ilustra os limites semânticos para lidar com o que, nos estudos de comunicação organizacional, seria rotulado como *público organizacional*. Ora, nos parece que o uso de um conceito unificador e simplificador como este não apenas reitera a falsa impressão de uma centralidade organizacional em volta da qual orbitam agrupamentos (*públicos de interesse*) mas também constitui recurso discursivo que serve ao apagamento do conflito que o movimento das ocupações veio evidenciar. De certo, a teoria do reconhecimento nos mostra que a luta (no caso, dos estudantes) se configura no momento em que agrupamentos se dão conta dos lugares de submissão ou opressão que, historicamente, ocupam. E nos parece que é nas pequenas ações cotidianas (incluindo no uso linguístico que fazemos para nos posicionar no mundo, na perspectiva da pragmática) que as transformações sociais tornam-se possíveis.

Deste modo, esta observação exploratória sugere que a teoria de reconhecimento pode oferecer uma chave teórica relevante para os estudos da área, conforme indicado na análise do movimento de ocupação dos e das estudantes na Universidade Federal de Minas Gerais, no ano de 2016. Como um acontecimento que marcou e reconfigurou a ordem dos eventos, tentamos aqui mostrar que a luta por reconhecimento se dá no campo objetivo e também intersubjetivo, sempre na relação com o outro. Como nos lembra Mendonça (2009, p. 147), “admitir que se trata de uma luta intersubjetiva é assumir que ela se constrói na relação com o outro. É perceber que os objetivos, as

estratégias e as próprias identidades não estão postos de antemão, mas se constroem na ação conjunta. A ideia chave para a teoria do reconhecimento é, portanto, a de relação e não as de autodeterminação e soberania [...]”. Trata-se de acepções teóricas que nos parecem extremamente promissoras para reflexões no campo da identidade e conformação de públicos nos estudos de comunicação organizacional, que merecem ser exploradas.

Referências

CARTA CAPITAL. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/a-cobertura-das-escolas-ocupadas-silencio-e-criminalizacao>. Acesso: 28 fev. 2017.

FRANÇA, Vera. Sujeitos da comunicação, sujeitos em comunicação. In: GUIMARÃES, César e FRANÇA, Vera (orgs). Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p.61-88.

FRANÇA, V.; OLIVEIRA, L. O acontecimento para além do acontecimento: uma ferramenta heurística. In: FRANÇA V.R.V.; OLIVEIRA, L. G. (Org.). Acontecimento: Reverberações. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2003.

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

LIMA, Fábila P. Miatização empresarial: estratégias de legitimação e interlocução a partir de um canal televisivo de marca. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação da Faculdade de Comunicação e Artes da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte: PUC Minas, 2009.

_____. Públicos organizacionais pela perspectiva do acontecimento: algumas implicações teóricas e práticas para as Relações Públicas. Trabalho apresentado no GP Relações Públicas e Comunicação Organizacional do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Intercom, Rio de Janeiro, RJ - 4 a 7 de setembro de 2015.

MAFFESOLI, Michel. No fundo das aparências. Petrópolis: Vozes, 1996.

MEAD, G. H. Mind, Self and Society. From the Standpoint of a Social Behaviorist. Chicago: University of Chicago Press, 1967.

MENDONÇA, R. Fabrino. Dimensão Intersubjetiva da Auto-Realização. Em defesa da Teoria do Reconhecimento. Revista Brasileira de Ciências Sociais – Vol. 24. Nº 70. Junho 2009.

NOBRE, Marcos. Luta por reconhecimento: Axel Honneth e a Teoria Crítica. In:

O ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <https://www.pressreader.com/brazil/o-estado-de-s%C3%A3o-paulo/20161103/282595967470663>. Acesso: 2 mar. 2017.

OLIVEIRA, Jair Antonio de. (Re)viendo a linguagem: uma análise crítica da comunicação organizacional. In: KUNSCH, Margarida M. K. (org.) Comunicação Organizacional. Volume 2. Linguagem, gestão e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2009, p.189-212.

QUÉRÉ, L. De um modelo epistemológico da comunicação a um modelo praxiológico. Traduzido por Lúcia Lamounier Sena e Vera Lúcia Westin. In: Réseaux n° 46-47, CNET – 1991, sp.

_____. Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento. In: Trajectos. Revista de Comunicação, Cultura e Educação, n° 6. Lisboa: ISCTE / Casa das Letras / Editorial Notícias, 2005.

VEJA. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/como-enfrentar-os-fascistas-que-ocupam-escolas-as-urnas-disseram-o-que-o-povo-quer/>. Acesso: 28 fev. 2017.